

LICENÇA SIMPLIFICADA

Processo nº: 8017051524

Data Validade: 17/08/2028

A **Secretaria Executiva de Gestão e Controle Ambiental**, **CONCEDE** a presente **LICENÇA SIMPLIFICADA (REGULARIZAÇÃO)**, processo nº **8017051524**, conforme dados abaixo:

1. Dados do Empreendedor

Nome/Razão Social: T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

CPF/CNPJ: 32.380.176/0001-02

Endereço: RUA NOBRE DE LACERDA, 246
MADALENA - RECIFE/PE

Sequencial do Imóvel: **456470.7**

Inscrição Mercantil: **632.792-3**

Licenciamento de Atividade, Potencial Degradador: Médio, Porte: Micro.

2. Endereço Oficial

R. Nobre de Lacerda, nº 246, LOJA 0001, Madalena, Recife-PE

3. Descrição do Empreendimento

Atividade de comércio atacadista (distribuidora) de alimentos dietéticos, suplementos, vitaminas, correlatos, cosméticos, material médico, odontológico, cirúrgico, hospitalar e de laboratório, medicamentos, produtos de higiene pessoal, saneantes (para higienização em unidades de saúde).

4. Condicionante(s) Geral(is)

4.1 DA ATIVIDADE

4.1.1 Somente poderão armazenar na empresa os produtos informados na Avaliação Ambiental. Não podendo alimento, medicamento e saneante, conforme consta na Avaliação Ambiental.

4.1.2 Não poderá comercializar produtos não constantes na Avaliação Ambiental, apenas similares.

4.1.3 Não receber de volta dos hospitais, clínicas, etc instrumentos e material após uso cirúrgico, pois consta informação não haver.

4.1.4 Manutenção e reparação em equipamentos de saúde, somente se nas unidades de saúde (não poderá ser na empresa, pois não há informação).

4.1.5 Esta licença não contempla serviço de coleta, transporte e tratamento de efluente de revelação de radiografia gerado em equipamento de saúde.

4.1.6 As informações do PGRSS são importantes e devem ser seguidas pela empresa, além das orientações das condicionantes desta licença.

4.1.7 Não poderá ter gerador de energia (nem do tipo móvel) na empresa, pois não está licenciada para uso desse equipamento. Em caso de haver necessidade, informar, previamente a este Setor de Licenciamento Ambiental para posicionamento.

4.2 RESÍDUOS

4.2.1 Manter a segregação, acondicionamento e destinação dos resíduos por tipologia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e seu decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022), ABNT 10.004:2004.2.2 O local deve ser mantido arejado, abrigado, com piso impermeável, sem falhas ou fissuras em contato com solo natural.

4.2.2 Resíduos de saúde (Classificados pela Resolução Conama nº 358, de 29 de abril de 2005) gerados devem continuar sendo segregados e acondicionados em recipientes rígidos, coletor com tampa rosqueada, conforme indicado pela empresa que trata os resíduos, seguindo Norma da ABNT 10.004:2004, Lei Federal 12.305/2010, Resolução Conama 358/2005 e outras normas vigentes.

4.2.3 Material reciclável pode ser reaproveitado na empresa ou ser destinado à coleta seletiva da Prefeitura ou a Eco-estações ou a terceiros para reaproveitamento ou reciclagem (estas devem ter licença ambiental), conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e seu decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022). Mas pode doar papel, plástico e vidro não contaminados para catadores e cooperativas, filantrópicas, outros.

4.2.4 Observar as regras de manejo dos resíduos sólidos estabelecidas na Lei Municipal nº 19.026, de 30 de dezembro de 2022, regulamentada pelo Decreto nº 36.949, de 4 de setembro de 2023.

4.2.5 Lâmpadas inservíveis devem ser bem acondicionadas e destinadas ao comerciante conforme logística reversa citada no art. 33 da Lei Federal 12.305/2010 ou, na impossibilidade, a empresa habilitada com licença ambiental para coleta e tratamento desse resíduo.

5. Condicionante(s) Específica(s)

5.1 Anexar, ao processo de solicitação da renovação desta licença, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS atualizado e assinado por responsável técnico habilitado no órgão de Classe, com apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar, conforme Resolução Conama 358/2005, devendo mantê-lo também na empresa para acesso desta Secretaria, até o dia 17/08/2028

5.2 Anexar, ao processo de solicitação da renovação desta licença, declaração de contrato ativo, firmado com empresas com licença ambiental para coleta, transporte, tratamento dos resíduos de saúde, manter também no laboratório para acesso desta Secretaria, até o dia 17/08/2028

5.3 Anexar, ao processo de solicitação da renovação desta Licença, lista dos produtos comercializados, até o dia 17/08/2028

6. Informação(ões) Complementar(es)

6.1 São consideradas infrações ambientais, incluindo o descumprimento de condicionantes e exigências, o disposto na Lei Municipal nº 18.211, de 16 de janeiro de 2016 e Decreto nº 30.324, de 9 de março de 2017.

6.2 Esta Licença, de caráter estritamente ambiental, não dispensa nem substitui outras certidões, licenças ou alvarás de qualquer natureza exigidos pelos demais órgãos competentes, em especial o Alvará de Localização e Funcionamento. Devendo o funcionamento da atividade estar de acordo com as especificações constantes nos documentos apresentados e demais exigências, do qual constitui motivo determinante.

6.3 Conforme o § 4º do art. 11 da Lei Municipal nº 17.171, de 30 de dezembro de 2005, a renovação da Licença Simplificada (LS) e da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

6.4 ESTA LICENÇA DEVERÁ SER AFIXADA EM LOCAL VISÍVEL E DEVERÁ ESTAR ACESSÍVEL ÀS EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO DESTA SECRETARIA E DISPONIBILIZADA PARA OS SETORES ESPECÍFICOS DA EMPRESA.

6.5 Caso venha a contratar empresa de outro estado ou município para a coleta, transporte e tratamento de resíduos, esta deve ter licença ambiental do órgão competente e se regularizar perante esta Secretaria no que couber, para a coleta e transporte de resíduos em Recife.

6.6 Esta licença não regulariza a edificação e não pode ser aceita para emissão de Habite-se ou

Aceite-se.



Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o link <https://processos.recife.pe.gov.br/pcr-urbanistico/externo/exibircertificado/exibir-certificado.action> e digite o código existente no rodapé do selo

